

Autorização concedida a Biblioteca Central da Universidade de Brasília pela autora Maíra Oliveira Guimarães para disponibilizar a obra, gratuitamente, de acordo com a licença conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da obra, a partir desta data. A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Referência

GUIMARÃES, Maíra Oliveira. Lixo Capital: de aterro sanitário a cidade estrutural (1964-2020). In: COSTA, Adelaide Millán da *et al.* (ed.). **Pequenas Cidades no Tempo**: a saúde. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais; Câmara Municipal de Castelo de Vide; CHAM – Centro de Humanidades, 2023. p. 275-293. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/152873>. Acesso em: 12 jul. 2023.

Lixo Capital: de aterro sanitário a cidade estrutural (1964-2020)

Maíra Oliveira Guimarães¹

Resumo

A Estrutural é uma cidade satélite de Brasília, capital do Brasil, onde hoje moram mais de 45.000 pessoas. A ocupação do território teve início em meados da década de 1960, quando uma área vizinha ao Parque Nacional de Brasília começou a ser usada como área de descarga de lixo. O Aterro Sanitário do Jóquei, como ficou conhecido, foi, por décadas, o principal local de depósito de todos os resíduos do Distrito Federal, chegando a alcançar o título de maior lixão a céu aberto da América Latina. Desde o início das atividades, famílias de catadores viram no Aterro uma grande oportunidade de geração de renda, ocupando os arredores com suas barracas e moradias improvisadas. Nos anos 2000, quando atingia o contingente populacional de mais de 25.000 pessoas, o assentamento foi legalmente reconhecido e nele instaurada uma série de obras de infraestrutura urbana. A cidade cresceu a ponto de expulsar o próprio Aterro Sanitário, desativado em 2018. As principais problemáticas que marcaram essa história, entretanto, ainda aguardam uma resolução efetiva. O presente artigo vem apresentar os principais acontecimentos que ditaram o percurso de formação da Cidade Estrutural, inserindo-a nas narrativas do *Wasteocene*.

Palavras-chave

História urbana; Historiografia de Brasília; Urbanização do Brasil; Políticas públicas; Lixoceno.

¹Universidade de Brasília.

Capital Waste: from landfill site to Estrutural City (1964-2020)**Abstract**

Estrutural is a satellite city of Brasília, capital of Brazil, where today more than 45.000 people live. The beginning of the occupation took place in the mid-1960s, when an area next to the National Park of Brasilia began to be used as a garbage disposal site. The Jóquei Clube Sanitary Landfill, as it became known, was for decades the main place for depositing all waste produced in the Federal District, reaching the title of the largest open-air landfill in Latin America. Since the beginning of activities, families of waste pickers have seen a great opportunity for subsistence and income generation, occupying the surroundings with their tents and improvised houses. In the 2000s, when it reached the population of more than 25.000 thousand people, the settlement was legally recognized and a series of urban infrastructure works were installed in it. It grew so much that it ended up closing the Sanitary Landfill itself, which was deactivated in 2018. However, the main problems that marked the history of Estrutural are far from an effective resolution. This article presents the main events that dictated the City's formation path , inserting it in the Wasteocene narratives.

Keywords

Urban history; Historiography of Brasília; Brazilian urbanization; Public politics; Wasteocene.

1. Introdução: os resíduos materiais e humanos da capital do Brasil

A perspectiva do Antropoceno considera que a ação humana provocou a ruptura dos ciclos biofísicos naturais do planeta e alterou a composição estratigráfica da terra, instituindo, portanto, uma nova era geológica. Diferentes abordagens críticas ao Antropoceno têm destacado a necessidade de maior politização na análise da atual crise ambiental, bem como oferecido contrapontos históricos e socioeconômicos para o tratamento científico da transformação dos ecossistemas globais. Dentre estas, o Capitaloceno apontou a força do capital como o principal fator de apropriação e de modificação da natureza, alcançando notoriedade no debate². Um interessante desdobramento da abordagem, até o momento relativamente pouco explorado, se refere ao intitulado *Wasteocene*³, traduzido para o português como Lixoceno⁴. Ao considerar o desperdício como o marco planetário da era contemporânea, a corrente expõe a natureza contaminadora e violenta do capitalismo sobre o meio ambiente e os tecidos sociobiológicos, ao mesmo tempo que se apresenta como um recurso intrinsecamente histórico⁵, “especialmente adaptado para desmistificar as narrativas convencionais do Antropoceno”⁶. A abordagem alega que as injustiças socioambientais não consistem em meros efeitos colaterais do capitalismo, pelo contrário, são peças fundamentais para a produção de bem-estar e segurança para determinados grupos, feita mediante o descarte e a exclusão daquilo e *daquelles* que não são considerados valoráveis. Como adverte Marco Armiero, principal idealizador do conceito, “o lixão é uma função do bairro verde e seguro”, afinal, “todo paraíso precisa criar o seu próprio inferno”⁷.

O presente artigo vem apresentar um breve histórico socioambiental e urbanístico da Estrutural, uma pequena cidade surgida a partir das atividades de um aterro sanitário instalado nas bordas do centro político e administrativo do Brasil, apresentando-se como um ótimo exemplo das lógicas tóxicas e excludentes do Lixoceno. Antes, porém, é importante situar as especificidades da formação do Distrito Federal – DF, Unidade Federativa criada para a construção da nova capital do país. Como sabido, Brasília foi planejada por Lucio Costa, vencedor do concurso urbanístico nacional promovido entre o fim de 1956 e início de 1957. O território, um quadrilátero de cerca de 5.800 km² localizado no centro geográfico do Brasil,

² MOORE, Jason W. (Ed.) – *Anthropocene or capitalocene?: Nature, history, and the crisis of capitalism*. Oakland: Pm Press, 2016.

³ ARMIERO, Marco – *Wasteocene: Stories from the Global Dump*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

⁴ GABOARDI, Shaiane Carla; NUNES, Lauren De Cesaro – “Antropoceno, Capitaloceno e Lixoceno: Diferentes abordagens sobre as relações sociedade-natureza”. *Revista GEOMAE* 12/1(2021), p. 49-65.

⁵ ARMIERO, Marco – *Wasteocene: Stories from the Global Dump*.

⁶ ARMIERO, Marco; DE ANGELIS, Massimo – “Anthropocene: Victims, narrators, and revolutionaries”. *South Atlantic Quarterly* 116/2 (2017), p. 345-362.

⁷ ARMIERO, Marco – *Wasteocene: Stories from the Global Dump*.

antes constituído por grandes latifúndios, foi federalizado para a implementação da cidade, que, em sua maior parte, foi erguida no tempo recorde de três anos e meio, vindo a ser inaugurada já em abril de 1960⁸. Por essa razão, o Estado foi o principal planejador, construtor e, principalmente, proprietário do solo rural e urbano do DF⁹.

A construção de Brasília dependeu da mobilização de trabalhadores provenientes de todas as partes do Brasil, em especial, de dezenas de milhares de operários braçais, então apelidados *candangos*. A princípio, os operários eram alojados em acampamentos provisórios geridos pelas próprias construtoras, mas o forte fluxo migratório para a região rapidamente fez com que surgissem assentamentos espontâneos em todo território. O crescimento populacional alcançava uma taxa média anual de quase 110%¹⁰, transformando uma população de 13.000 pessoas em 127.000 em apenas três anos, transcorridos entre 1957 e 1960, antes da inauguração da cidade¹¹. A maior dessas ocupações, crescida a ponto de ser intitulada Cidade Livre¹², apresentou um acréscimo populacional médio de 2.000 pessoas ao mês durante o



Fig. 1 – Fotografias do período da construção de Brasília, mostrando, respectivamente, o Congresso Nacional e uma família residente na ocupação *Sacolândia*, nos arredores do Plano Piloto.

Fotos: Marcel Gautherot – Instituto Moreira Salles, 1958-1960.

⁸ FICHER, Sylvia; BATISTA, Geraldo Nogueira; LEITÃO, Francisco; FRANÇA, Dionísio Alves de – “Brasília: uma história de planejamento”. In RODRÍGUEZ, Eduard; FIGUEIRA, Cibele Vieira A (orgs.) – *Brasília 1956 > 2006, de la fundación de una ciudad capital, al capital de la ciudad*. Lleida: Milenio, 2006. pp. 55-97.

⁹ SILVEIRA, Denise Prudente de F – “Gestão territorial do Distrito Federal: Trajetórias e tendências”. In PAVIANI, Aldo (Org.) – *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 145.

¹⁰ FERREIRA, Ignez Costa Barbosa – “O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília”. In PAVIANI, Aldo (Org.) – *Brasília, Ideologia e Realidade: Espaço Urbano em Questão*. São Paulo: Editora Projeto/CNPq, 1985.

¹¹ SILVEIRA, Denise Prudente de F – “Gestão territorial do Distrito Federal”, p. 145.

¹² A Cidade Livre viria a ser regularizada em 1961 e batizada como Núcleo Bandeirante.

ano de 1958, recebendo o título de “primeira favela de Brasília”¹³. Os migrantes mais pobres erguiam suas moradias com o uso de madeirites, pregos e outros materiais encontrados no lixo da construção civil, como as ocupações *Lonalândia* e *Sacolândia*, cujos nomes de deram devido aos materiais predominantemente usados nos barracos, respectivamente, lonas e sacos de cimento¹⁴ (Fig.1).

Tal crescimento populacional representou uma demanda por moradias não prevista pelos planejadores públicos, impondo-se à administração a necessidade de criação de cidades satélites¹⁵. A primeira, Taguatinga, foi fundada em 1958, mediante uma grande operação de transferência de milhares de famílias assentadas. Elas eram transportadas em caminhões carregados com todas as suas posses, incluídos os materiais dos barracos desmantelados. Não por acaso, Taguatinga foi localizada a mais de 30 km do centro de Brasília e o processo de transferência foi realizado antes que os lotes concedidos contassem com infraestrutura urbana básica, como luz elétrica e rede de esgoto¹⁶. Tal política pública de erradicação de ocupações vigoraria por décadas, tendo sido novamente aplicada em 1971, na fundação da cidade satélite de Ceilândia, cujo nome se deve à operação CEI – Campanha de Erradicação de Invasões. De um modo geral, a população reassentada era transferida para localidades distantes do cartão postal da Capital, salvo os casos do Núcleo Bandeirante e da Vila Planalto, que conquistaram sua permanência nas proximidades da Capital¹⁷. Vê-se, portanto, que o DF tem como origem de sua política territorial a concessão de terras não urbanizadas como resposta à crescente demanda habitacional, promovendo o isolamento geográfico de famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

Para além do déficit habitacional, a falta de planejamento urbano do DF também abrangeu a gestão dos seus resíduos. Segundo matéria jornalística do dia da abertura, intitulada *Brasília se inaugura sem depósito de lixo: o que havia virou favela*, uma área próxima à Cidade Livre, que estava sendo usada provisoriamente para os descartes, havia sido completamente ocupada por barracos¹⁸. Se passariam poucos anos até que, em meados da década de 1960, fosse escolhido o local definitivo para o depósito de lixo¹⁹, mas, diferentemente da primeira cidade satélite, a área era bem próxima ao

¹³ DAMATA, Gasparino; ALLI, Orlando – “Os primos pobres de Canaã”. *Manchete*. Rio de Janeiro, n. 326, (19 de julho de 1958).

¹⁴ JACQUES, Paola Berenstein; LOPES, D. – “A construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento”. *Suspended spaces. Sistema Solar 4* (2018), pp. 52-77.

¹⁵ STEINBERGER, Marília – “Formação do aglomerado urbano de Brasília no contexto nacional e regional”. In PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília – gestão urbana*, pp. 27-39.

¹⁶ GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos – “A violência estrutural”. In PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; BARRETO, Frederico Flósculo P. (Org.) – *Brasília – dimensões da violência urbana*. Brasília: Ed. UnB, 2005.

¹⁷ SILVEIRA, Denise Prudente de F – “Gestão territorial do Distrito Federal”, p. 145.

¹⁸ ANÔNIMO – “Brasília se inaugura sem depósito de lixo: o que havia virou favela”. *Jornal do Brasil* (21 de abril de 19960), p. 3.

¹⁹ ORREGO, Juan Fernando Muneton – *Vila Estrutural: Uma abordagem sobre ocupação e a produção do espaço*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013. Dissertação.

Plano Piloto, a pouco mais de 12 km do centro da Capital. Situado a oeste do Córrego Cabeceira do Valo e ao sul da Via Estrutural, o Aterro Controlado do Jóquei deve seu nome à proximidade com o Jockey Club de Brasília, atualmente desativado. A implementação do Aterro não contou com qualquer medida de preparação do solo, sendo todos os resíduos sólidos, industriais e hospitalares depositados diretamente sobre o terreno natural, sem nenhum estudo prévio sobre o risco de contaminação dos lençóis freáticos. Além de tudo, o local escolhido estava a poucos metros de limites do Parque Nacional de Brasília, área de proteção ambiental permanente²⁰.

Desde o início das atividades, famílias em situação de vulnerabilidade viram no Aterro uma grande oportunidade de subsistência, ocupando os arredores com seus barracos improvisados. Negligenciadas pela administração pública, as ocupações cresceram gradualmente ao longo de mais de 20 anos, até que, ao final da década de 1980 e início da década de 1990, a atuação de políticos transformou o assentamento em um verdadeiro palco de disputas eleitorais, especulação imobiliária e até mesmo de conflitos armados. Nos anos 2000, quando atingia o contingente populacional de mais de 25.000 pessoas, o parcelamento foi legalmente reconhecido e nele instaurada uma série de obras de infraestrutura urbana. Atualmente, a reconhecida Cidade Estrutural passa pelo processo de regularização fundiária e de concessão de escrituras para cerca de 35.000 habitantes formais²¹, mas estima-se que outros 16.000 ainda se encontrem assentados irregularmente, sem provisão de infraestrutura urbana básica e serviços de limpeza pública.

Na imagem (Fig.2), vê-se fotogrametrias aéreas realizadas em 1964 e 2020, mostrando parte do tecido urbano do Distrito Federal, mais especificamente, a localização de Brasília, de Taguatinga, da Cidade Estrutural e do Aterro Sanitário do Jóquei Clube. Com o auxílio de fontes bibliográficas, documentais, jornalísticas e audiovisuais, serão apresentados, a seguir, os principais acontecimentos que ditaram o surgimento e a consolidação da Estrutural, de acordo com a seguinte periodização:

1) A “*Invasão*” da Estrutural, referenciando o período compreendido entre meados da década de 1960, fase de aparecimento das primeiras ocupações, até o início dos anos 2000, quando foi provada a primeira medida legal para regularização da área;

²⁰ BERNARDES, Ricardo Silveira – “Caracterização geofísica e geoquímica da área de disposição de resíduos urbanos “Aterro do Jóquei Clube” em Brasília – DF”. In *20º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental*. Rio de Janeiro: s.n., 1999.

²¹ GUIMARÃES, Maira Oliveira – *De invasão a cidade: Trajetória socioespacial da Estrutural – DF*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013. Ensaio teórico (graduação em Arquitetura e Urbanismo).



Fig. 2 – Fotogrametrias aéreas do Distrito Federal em 1964 e 2021, mostrando Brasília (1), Taguatinga (2), a Cidade Estrutural (3) e, em vermelho, a área do Aterro Sanitário do Jóquei Clube.

Fotos: *GeoPortal / DF*, 2021.

2) *A Vila Estrutural*, a qual compreende o período entre 2002, ano de sua instituição como Zona Habitacional de Interesse Social e Público – ZHISP, até 2011, ano em que foi assinado o decreto de regularização fundiária;

3) *A Cidade Estrutural*, abordando as condições atuais do parcelamento, passando pelas proposições do projeto preliminar da Lei de Uso e Ocupação do solo – LUOS, pela desativação do Aterro Sanitário e pelo processo de regularização fundiária da cidade.

2. De Aterro Sanitário a Cidade Estrutural

2.1 A Invasão da Estrutural

O início da ocupação da área que hoje conhecemos como Cidade Estrutural remonta de meados da década de 1960, quando o local passou a ser utilizado como depósito de todo o lixo produzido no Distrito Federal. Já de início, um grupo de cerca de trinta famílias de catadores passaram a buscar o seu sustento na revenda, na reutilização e no consumo dos itens coletados. Os primeiros barracões erguidos eram estruturas simples que serviam inicialmente para armazenar as sacas de lixo, sendo posteriormente vedados e transformados nas próprias casas dos catadores. Naturalmente, elas eram construídas por eles mesmos, com o uso de pedaços de madeirites, plásticos e outros descartes fixados com pregos²².

A comunidade alocada cresceu timidamente ao longo da década seguinte, sendo estimada, em 1975, em cerca de 130 pessoas. Em fotogrametria aérea realizada neste ano (Fig. 3), vê-se o início da delimitação de vários dos percursos que ainda hoje compõe o desenho viário do parcelamento, em especial, o início da construção da Estrada Parque Ceilândia, posteriormente chamada Via Estrutural²³. Próxima à estrada, onde se percebe na fotografia uma mancha clara de solo exposto, tem-se

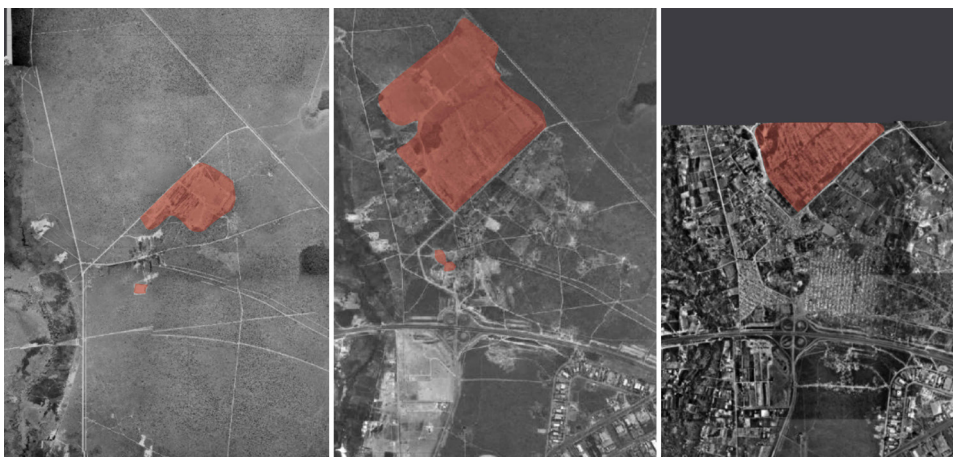


Fig. 3 – Fotogrametrias aéreas da Estrutural em 1975, 1991 e 1997, mostrando, em vermelho, as áreas de deposição de lixo. Fotos: *GeoPortal / DF*, 2021.

²² ORREGO, Juan Fernando Muneton – *Vila Estrutural: Uma abordagem sobre ocupação*.

²³ ORREGO, Juan Fernando Muneton – *Vila Estrutural: Uma abordagem sobre ocupação*.

o princípio do chamado *Buracão*, vala que foi aberta para a extração de cascalho durante as obras da rodovia. A área também serviu como depósito de lixo e entulho por vários anos, se expandindo devido a processos de erosão e se transformando em uma verdadeira “lagoa de lixo” nas épocas chuvosas²⁴.

As primeiras famílias se fixaram prioritariamente nas proximidades do Aterro, do *Buracão* e também nos arredores do Córrego Cabeceira do Valo. Entende-se que o curso d’água foi determinante para a manutenção das condições mínimas de permanência da comunidade, provendo recursos hídricos e a possibilidade de plantio de subsistência, tal como de fato foi promovido por algumas famílias que instauraram as primeiras chácaras na área²⁵.

Com o reconhecimento legal do Aterro Sanitário, em 1977, decidiu-se pela transferência dos pontos de depósito de lixo para uma porção mais distante da Via Estrutural, ao norte, bem próxima aos limites do Parque Nacional. A partir de então, as manchas de ocupação se multiplicaram e, preocupantemente, passaram a englobar as antigas áreas de deposição de lixo²⁶. Outro fator importante ocorrido na mesma época foi o decreto de 1989 que criava o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA, cujos limites também já começavam a ser ocupados informalmente. Eis que, finalmente, a atenção da administração pública se voltava à Estrutural.

O decorrer da década de 1990 foi crucial para a fixação da comunidade e o estabelecimento das atuais condições demográficas, no que se relaciona principalmente à mudança do perfil dos alocados. Em levantamento feito em 1993, foi apontado o número de 393 famílias residentes, das quais, na época, 149 (37%) atuavam como catadores de lixo²⁷. O assentamento, antes intrinsecamente relacionado às atividades do Aterro, ora consistia num foco de atração de migrantes locais e regionais em busca de moradia e oportunidades de trabalho. De um modo geral, no período, crescia o número de ocupações irregulares em todo o território, devido também aos efeitos da restrição de políticas habitacionais aplicada na década de 1980. À época, cerca de 85.000 pessoas moravam em favelas no DF, número 3,5 vezes maior que no período anterior²⁸.

Com o aumento da visibilidade da área, a situação da Estrutural se transformou num empasse político. Além do surgimento das primeiras lideranças populares, viu-se também a ação de parlamentares que tentavam criar *currais eleitorais* por meio da

²⁴ GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos – A violência estrutural.

²⁵ DISTRITO FEDERAL (Governo), SEDUMA – *Projeto integrado Vila Estrutural. Plano de manejo da ARIE da Cabeceira do Valo*. Brasília: s.n., 2012.

²⁶ ORREGO, Juan Fernando Muneton – *Vila Estrutural: Uma abordagem sobre ocupação*.

²⁷ DISTRITO FEDERAL (Governo), SEDUMA – *Projeto integrado Vila Estrutural. Plano físico e social de relocação e reassentamento das famílias beneficiárias do Projeto Integrado Vila Estrutural*. Brasília: s.n., 2008.

²⁸ GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos – *Brasília: a capital da segregação social e do controle social – Uma avaliação da ação governamental na área de habitação*. São Paulo: Ed. Annablume, 1995.

promessa de regularização fundiária. A estratégia foi usada por diferentes grupos em contextos distintos, como bem explicitado no documentário *Estrutural*, de 2016²⁹. Em depoimento, a presidente da Associação de Catadores, Dona Geralda, alega que o então governador Joaquim Roriz (1991–1994) havia prometido a fundação de uma Vila Ecológica no local e pediu que os próprios assentados contivessem a expansão da ocupação. Cristovam Buarque, por sua vez, candidato de oposição que saiu vitorioso nas eleições de 1994, também alegou que concederia os lotes à comunidade e que lá construiria um posto de saúde. Mas a principal manipulação eleitoreira foi de fato aquela promovida pelos Deputados Distritais José Edmar e Luiz Estevão, considerados “padrinhos” da cidade e cujos nomes ainda batizam as duas avenidas principais. O apelo era tão grande que os parlamentares convocaram famílias assentadas em outras localidades do DF e forneceram *kits* com materiais de construção. Na época, foram feitas até mesmo fotografias de campanha em que supostamente auxiliavam na construção dos barracos³⁰.

Frente à promessa de concessão de lotes, o assentamento passou por um *boom* populacional. Em 1995, num período de apenas dois meses, 1.500 novas famílias haviam se mudado para o local. Dentre essas pessoas, estava Marlene Mendes, que viria a ser uma grande articuladora comunitária e também uma das fundadoras da Associação dos Moradores da Estrutural – ASMOES. Cristovam Buarque, depois de eleito governador, entretanto, tinha mudado de posição e vetou o projeto de lei de José Edmar para a regularização do assentamento³¹.

Em 1996, após meses de negociação entre as lideranças comunitárias e o Governo do Distrito Federal, foi acordado o dito “remanejamento provisório”, que transferiu as famílias assentadas dentro da área delimitada para o futuro setor industrial para as proximidades do *Buracão*. A operação, coordenada pelo Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF – IDHAB, naturalmente, só veio a aumentar as expectativas de regularização da área, impulsionando ainda mais o seu crescimento³².

Foi nessa conjuntura que se iniciou a fase de confrontos violentos entre os assentados e o Governo. Em 1997, quando se encontravam na área um total de 12.300 moradores (Fig. 3), foram organizadas ações de derrubada de barracos e de transferência de cerca de 1.170 famílias para outras localidades do DF, como o Recanto das Emas e o Riacho Fundo. Em face da grande resistência popular, incentivadas principalmente pelas lideranças políticas, as operações da IDHAB começaram a ser

²⁹ O diretor Webson Dias foi um antigo morador da Cidade Estrutural e reuniu depoimentos e imagens de arquivo inéditos no longa metragem *Estrutural*, lançado em 2016 e disponível no YouTube.

³⁰ DIAS, Webson – “Estrutural”, 2016.

³¹ DIAS, Webson – “Estrutural”, 2016.

³² ORREGO, Juan Fernando Muneton – *Vila Estrutural: Uma abordagem sobre ocupação*.

acompanhadas por um alto contingente de policiais militares, que também passaram a executar buscas e apreensões de drogas e armamentos clandestinos³³.

Uma vez que o assentamento continuava a crescer, a estratégia aplicada pelo Governo foi de se instituir uma administração militar na área, encabeçada, na época, pelo Coronel Wolney Rodrigues. De início, os limites do assentamento foram cercados e foi proibida a entrada de materiais de construção, gás de cozinha e até mesmo de alimentos para abastecer os comércios. Em depoimento, a ex vice-governadora Arlete Sampaio reconhece o erro na nomeação de um militar para a administração local, pois a partir de então estava demonstrada a hostilidade como era tratada a população alocada³⁴.

A área seria palco de diversos conflitos entre a população e os militares por ainda mais um ano, até que, no dia 7 de agosto de 1998, em meio a uma operação de busca e apreensão no assentamento, o policial Rubens Gomes de Farias foi morto com um tiro na cabeça. No dia seguinte, seguiu-se a chamada Operação Tornado, que, a princípio, visava a apreensão de armas em diversos pontos da periferia de Brasília, entre eles, a Estrutural. O que se deu foi uma verdadeira caça aos envolvidos no homicídio do militar³⁵, acarretando no assassinato de Milton de Sá, autor do disparo, Luciano Pires, dono do lote onde o policial foi morto, e de Regina Célia Nascimento, madrastra de Milton. O catador Roberto José Azul, pai de Milton, sobreviveu milagrosamente após ter levado um tiro na nuca³⁶.

Os tristes incidentes, de certa forma, interromperam as investidas do Governo e representaram a queda do governador Cristovam Buarque, substituído novamente por Joaquim Roriz, em 1999. Naquele mesmo ano, a Companhia Elétrica de Brasília – CEB iniciou a instalação de iluminação pública na área. Os doze policiais indiciados pelas mortes, por sua vez, foram absolvidos pela justiça em 2015³⁷.

2.2 A Vila Estrutural

A partir do Estatuto da Cidade, de 2001, que estabeleceu como diretriz governamental a regularização fundiária de áreas ocupadas por populações de baixa renda, José Edmar teve a sua proposta de regularização da Estrutural aprovada e o parcelamento foi reconhecido como Zona Habitacional de Interesse Social e Público – ZHISP. Na época, o assentamento totalizava cerca de 25.000 habitantes, aproximadamente 1.200

³³ SANTOS, Caroline Soares – Área de risco ou Área de rico: Teorias sobre política e respeito na Cidade Estrutural. Brasília: Universidade de Brasília, 2013. Tese.

³⁴ DIAS, Webson – “Estrutural”, 2016.

³⁵ DIAS, Webson – “Estrutural”, 2016.

³⁶ “Estrutural: A história”. *Correio Braziliense*. Brasília, (1 de junho 2002).

³⁷ STACCIARINI, Isa – Justiça absolve policiais acusados de massacre na Estrutural. *Correio Braziliense*, Brasília, (29 de agosto de 2015).

famílias³⁸ (Fig. 4). Dentre os dispositivos, teve-se a concessão dos lotes ocupados havia mais de cinco anos e a criação de uma faixa de tamponamento de 300m entre a poligonal da Vila Estrutural e os limites do Parque Nacional. Em 2003, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB iniciou a implantação de redes de abastecimento de água, o que anteriormente vinha sendo feito por meio de caminhões pipa³⁹.



Fig. 4 – Fotografia aérea da Vila Estrutural no início dos anos 2000. Foto: Adauto Cruz – *Correio Braziliense*, 2001.

Foi a partir de 2004 que se viu um maior processo de consolidação da área: o *Buracão* foi aterrado, dando lugar a vários lotes de uso comunitário, e os barracos davam cada vez mais lugar a casas de alvenaria, algumas com dois ou três pavimentos. À época, a Estrutural contava com mais de sessenta igrejas, uma rádio comunitária, três creches particulares e mais de duzentos estabelecimentos comerciais⁴⁰. Apesar das benfeitorias, a segurança pública continuava sendo uma das suas maiores problemáticas. O Estudo de Impacto Ambiental – EIA elaborado naquele ano apontou a

³⁸ DISTRITO FEDERAL (Governo) – *Plano físico e social de relocação e reassentamento das famílias beneficiárias do Projeto Integrado Vila Estrutural*, 2008.

³⁹ DISTRITO FEDERAL (Governo), SEDUMA – *Projeto integrado Vila Estrutural. Relatório de Avaliação Ambiental (RAA) – Projeto Integrado Vila Estrutural*. Brasília: s.n., 2005.

⁴⁰ ORREGO, Juan Fernando Muneton – *Vila Estrutural: Uma abordagem sobre ocupação*.

Estrutural como uma das localidades mais violentas do Distrito Federal, com constantes ocorrências de furtos, mortes e tiroteios⁴¹.

Em janeiro de 2006, a criação da ZHISP foi revogada, dando origem à Lei Complementar nº 715, que tornava a Vila Estrutural Zona Especial de Interesse Social – ZEIS. A partir de seus dispositivos, foram delimitadas duas Áreas de Relevante Interesse Ecológico – ARIEs, uma localizada no Córrego Cabeceira do Valo⁴² e outra nas vizinhanças do Parque Nacional, bem como instituída uma zona para fundação de um Parque Urbano no local onde havia funcionado o Aterro Sanitário até o final da década de 1970⁴³. Naquele período, algumas famílias concordaram em ser transferidas para o então recém-criado Núcleo Rural Monjolo, no Recanto das Emas. Segundo denúncias mostradas no documentário *Monjolo: Todo Mundo Tá Feliz?*⁴⁴, de 2010, e confirmadas pelo Fórum de Monitoramento do Programa Brasília Sustentável, o processo de transferência das primeiras famílias se deu de maneira improvisada, uma vez que os lotes de destinação ainda não contavam com a disponibilização de água, luz, esgotamento e nem mesmo acesso aos meios de transporte público⁴⁵.

A partir da implementação do Plano Urbanístico do Projeto Integrado Vila Estrutural – PIVE, em 2007, foi iniciada uma maciça implementação da infraestrutura básica no parcelamento, sendo investidos, até 2010, cerca de 73,6 milhões de reais. Dentre as benfeitorias, teve-se as obras de pavimentação e esgotamento, além da construção de diversos equipamentos, entre eles postos da polícia civil e militar, um posto de saúde, dois centros de ensino fundamental e um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, todos localizados na área central, lugar do antigo *Buracão*⁴⁶.

O Projeto Urbanístico do PIVE também delimitou novas quadras residenciais destinadas à construção de casas populares do Programa Minha Casa Minha Vida e do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Habitação. As residências foram destinadas, prioritariamente, aos moradores alocados nas zonas de risco por lixo remanescente. Conhecidas como “casinhas”, as 1.290 unidades habitacionais foram construídas entre 2008 e 2011 e apresentam um projeto padrão de cerca de 48m². O processo de relocação das primeiras famílias, em 2009, representou um novo conflito para a comunidade, pois as casas foram construídas ainda mais perto do

⁴¹ DISTRITO FEDERAL (Governo) – *Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental – Estrutural*. Brasília: s.n., 2004.

⁴² DISTRITO FEDERAL (Governo), SEDUMA – *Projeto integrado Vila Estrutural*.

⁴³ DISTRITO FEDERAL (Governo) – *Estudo de Impacto Ambiental*.

⁴⁴ Documentário média metragem lançado em 2010 e disponível no Vimeo.

⁴⁵ PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL NA CIDADE ESTRUTURAL – *Dossiê das principais denúncias do Fórum de Monitoramento do Programa Brasília Sustentável na Cidade Estrutural – DF*. Cidade Estrutural: s.n., 2009.

⁴⁶ DISTRITO FEDERAL (Governo), CODEPLAN – *7º Balanço PAC – Programa de Aceleração do Crescimento*. Brasília: s.n., 2009.

Aterro, numa área com ocorrência de fortes odores devido à presença de uma chamada “lagoa de chorume”. A negativa de muitos dos beneficiários desencadeou, em 2010, numa liminar do Tribunal de Justiça do Distrito Federal proibindo a ocupação das casas, decisão posteriormente revogada⁴⁷. No local, também eram frequentes as ocorrências de “chuvas de lixo” causadas por redemoinhos advindos do Aterro⁴⁸. Relevante apontar que, devido à pequena dimensão das casas e ao modo como estas foram entregues, sem muros e sem calçamento, houve uma intensa edificação nos lotes em direção aos limites da pavimentação viária, acarretando em ruas com calçadas muito estreitas ou ausentes e em postes de energia elétrica no interior dos lotes. Em grande parte das casas, vê-se o telhamento completo até os limites dos muros, transformando as residências em ambientes insalubres, cujos únicos pontos de entrada de luz e de ar são os portões das garagens⁴⁹.

Em novembro de 2011, quando todos os passos necessários para a regularização da área já haviam sido cumpridos, tais como os avais do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM e do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN, o então governador Agnelo Queiroz assinou o decreto de aprovação da Cidade Estrutural. Segundo os dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD, de 2011, a população residente nos perímetros legais era de 25.732 habitantes, em contraposição aos 14.000 levantados em 2004⁵⁰.

2.3 A Cidade Estrutural

Desde 2012, a partir do decreto que aprovou regularização fundiária da Cidade Estrutural, o parcelamento passa pelo esperado processo de concessão das escrituras aos moradores. O cadastramento se arrasta desde aquela época até atualmente e sua campanha mais recente foi anunciada em janeiro de 2020⁵¹. Hoje, a Estrutural já tem *feições* de uma pequena cidade: centro cheio e barulhento nos horários comerciais, avenidas movimentadas e um grande esvaziamento das ruas ao anoitecer. De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD de 2018, quase 70% dos domicílios dentro da área de regularização são feitos em alvenaria, em contraposição aos 18% de residências construídas em madeirite ou outros materiais reaproveitados⁵².

⁴⁷ “Liminar suspende transferência de moradores de invasão para casas do Pive, na Estrutural”. *Correio Braziliense*. Brasília, (15 de julho de 2010).

⁴⁸ GUIMARÃES, Máira Oliveira – *De invasão a cidade: Trajetória socioespacial da Estrutural – DF*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013. Ensaio teórico.

⁴⁹ GUIMARÃES, Máira Oliveira – *De invasão a cidade: Trajetória socioespacial da Estrutural – DF*.

⁵⁰ DISTRITO FEDERAL (Governo), SEPLAN, CODEPLAN – *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – SCIA – ESTRUTURAL – PDAD 2011*. Brasília: s.n., 2011.

⁵¹ “Codhab irá realizar habilitação de moradores da Estrutural”. *Agência Brasília*, Brasília, 26 de janeiro de 2020.

⁵² DISTRITO FEDERAL (Governo), SEPLAN, CODEPLAN – *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – SCIA – ESTRUTURAL – PDAD 2018*. Brasília: s.n., 2018.

Paralelamente, o parcelamento também passa por um intenso processo de verticalização, chegando a alturas de três a quatro pavimentos. Consequentemente, a cidade também passa por um processo de valorização e de especulação imobiliária. Esses fenômenos, porém, não estão sendo bem dimensionados pelos planejadores públicos. No Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT vigente, de 2012, tem-se a aplicação massiva de parâmetros urbanísticos que não permitem atividades comerciais com entrada individual em praticamente todo o parcelamento, até mesmo nas principais e históricas avenidas comerciais da cidade⁵³.

Já o Aterro do Jóquei teve a sua desativação determinada judicialmente em 2014, quando atingiu a cota de 850 toneladas de lixo deposto. Reconhecido como o maior aterro sanitário a céu aberto da América Latina, com aproximadamente 200 hectares, a “montanha de lixo” formada chega a mais de 40m de altura⁵⁴ (Fig. 5).



Fig. 5 – Fotografia aérea da Cidade Estrutural e do Aterro Sanitário do Jóquei Clube em 2018.
Foto: Dênio Simões – Agência Brasília, 2018.

⁵³ GUIMARÃES, Maira Oliveira – *De invasão a cidade: Trajetória socioespacial da Estrutural – DF*.

⁵⁴ SANTOS, Caroline Soares – *Área de risco ou Área de rico: Teorias sobre política e respeito na Cidade Estrutural*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013. Tese.

O seu fechamento só veio de fato a ocorrer no início de 2018, após as conclusões da primeira etapa das obras do novo Aterro Sanitário de Samambaia⁵⁵. De acordo com o Plano de Intervenção do Lixão do Jóquei, elaborado pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU, em 2015, o principal problema ambiental se refere ao grande risco de infiltração subterrânea de chorume, que pode estar contaminando alimentos plantados na Cidade Estrutural e também ao longo da bacia hidrográfica do Lago Paranoá⁵⁶. De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – SEMARH, o solo poderá levar até trinta anos para ser recuperado⁵⁷.

Já o Parque Urbano da Cidade, inaugurado em 2014 na área usada para o descarte do lixo na década de 1970, se encontra há anos abandonado e vandalizado⁵⁸. A propósito, outro ponto de desatenção do zoneamento territorial vigente refere-se à falta de proposição de novas praças, uma vez que os vazios urbanos que existiam na época foram destinados a usos institucionais ou residenciais. Tal falta de espaços verdes constitui problema ainda maior se analisada a vulnerabilidade ambiental da área, o abandono do Parque Urbano e o generalizado completo fechamento dos lotes⁵⁹.

Outra área de relevante interesse se refere à Zona Central, antigo lugar do chamado *Buracão*. Assim como o Parque Urbano, ela também havia sido historicamente utilizada como depósito de lixo e entulho. Em 2012, a Escola Classe 1, construída sobre o local, foi interditada devido ao afloramento de gás metano no piso e nas paredes, ocasionando a transferência de cerca de 1.300 crianças para outros estabelecimentos educacionais da Asa Sul e do Guará. A escola voltou a funcionar somente cinco anos depois, em 2017, após operações para retirada do gás⁶⁰.

Além das dificuldades ambientais representadas pela presença do lixão e pelos custos que seriam necessários para a descontaminação do solo, tem-se também o contínuo crescimento das ocupações irregulares, em especial no chamado Setor Santa Luzia, cujos barracos de madeira seguem avançando sobre a faixa de contenção do Parque Nacional⁶¹. A população assentada chegou, em 2018, ao número de 11.000 pessoas⁶², mesmo ano em que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF – CODHAB divulgou uma proposta de um novo empreendimento voltando à

⁵⁵ OLIVEIRA, Suzana Dias Rabelo de – *A informalidade como alternativa à moradia na cidade: por que ela é, mas não deve ser?*. Brasília: Universidade de Brasília, 2017. Tese.

⁵⁶ DISTRITO FEDERAL (Governo), SLU – *Plano de Intervenção do Lixão do Jóquei*. Brasília: s.n., 2015.

⁵⁷ VENTURA, Pedro – “Após desativação, área de Lixão do DF levará 30 anos para ser recuperada”. R7. Brasília, (2013).

⁵⁸ SANT’ANNA, Chico – “Justiça: GDF terá que remover invasões na Cidade Estrutural”. *Brasília por Chico Sant’Anna*. Brasília, (22 de abril de 2017).

⁵⁹ GUIMARÃES, Maira Oliveira – *De invasão a cidade: Trajetória socioespacial da Estrutural – DF*.

⁶⁰ “Escola na Estrutural volta a funcionar após interdição por vazamento de gás”. *Correio Braziliense*. Brasília, (9 de fevereiro de 2017).

⁶¹ OLIVEIRA, Suzana Dias Rabelo de – *A informalidade como alternativa à moradia na cidade*.

⁶² GRIGORI, Pedro – “Começa a sair do papel projeto de conjunto habitacional na Estrutural”. *Correio Braziliense*. Brasília, (25 de maio de 2018).

construção de moradias populares. Batizado de Orla Santa Luzia, o projeto habitacional consiste em um edifício linear de 13 km de comprimento e 4 pavimentos de altura, delineando as bordas entre a Cidade e os limites ambientais⁶³. Nos conjuntos estariam distribuídos 2.384 apartamentos com tipologias de planta com a metragem média de 45 m². Após a troca de governo, ao que tudo indica, o projeto foi abandonado.

Entre abril e maio de 2020, durante os primeiros meses da pandemia COVID-19 no Brasil, a Estrutural apresentou uma das maiores taxas de contaminação do Distrito Federal, acompanhada pela cidade de Ceilândia⁶⁴. Em outubro do mesmo ano, o parcelamento foi atendido por iniciativas da Fundação Oswaldo Cruz, que realizou uma série de seminários online com temáticas sobre o parcelamento, além de ter lançado a Chamada Pública para Apoio a Ações Emergenciais Junto a Populações Vulneráveis⁶⁵.

Em 2021, estima-se que a população assentada irregularmente nas áreas de proteção ambiental das bordas da cidade tenha chegado ao número de 16.000 pessoas⁶⁶.

Considerações finais

Como expresso por Armiero, a invisibilização e a normatização de pessoas e de lugares descartáveis são os dois pilares do Lixoceno, recurso historiográfico voltado à produção de narrativas contra-hegemônicas, que se tratam “tanto sobre ambientes limpos e assépticos, quanto sobre sujeira e contaminação”⁶⁷. É verdade que há décadas são realizados estudos que escancaram as hipocrisias do discurso socializante e modernizador de Brasília, alguns destes citados na parte introdutória deste artigo, mas poucos situam a Estrutural como uma consequência direta da construção da Capital. O conflito territorial e ambiental que lá vigora é o resultado inevitável da natureza tóxica dos modelos de planejamento territorial e de desenvolvimento socioeconômico do DF, em especial, aqueles voltados à resposta governamental frente à gestão dos resíduos e ao crescente déficit habitacional.

Em seu ensaio *Entre a Casa e a Cidade: a Humanização do Habitar*, Coelho defende que as soluções habitacionais em áreas de vulnerabilidade social devem ser feitas de modo a reestabelecerem pontes entre o habitante, a moradia e a cidade. Para o autor, o atendimento efetivo dessas diferentes escalas depende, intrinsecamente,

⁶³ GRIGORI, Pedro – “Começa a sair do papel projeto de conjunto habitacional na Estrutural”. *Correio Braziliense*. Brasília, (25 de maio de 2018).

⁶⁴ FUZEIRA, Victor – “Estrutural não tem mais a maior incidência de Covid-19 do DF”. *Metrópoles*. Brasília, (23 de junho de 2020).

⁶⁵ MARQUES, Fernanda – “Enfrentamento da Covid-19 na Cidade Estrutural foi tema de Seminário”. *Fiocruz Brasília*. Brasília, (7 de outubro de 2020).

⁶⁶ “Chácara Santa Luzia, no DF, tem cerca de 16 mil moradores”. *G1 DF*. Brasília, (13 de abril de 2020).

⁶⁷ ARMIERO, Marco – *Wasteocene: Stories from the Global Dump*.

de uma aproximação multidisciplinar e humanizada. Eis porque apresentar, mesmo que rapidamente, o histórico dos processos pelos quais as famílias da Cidade Estrutural se assentaram, construíram e modificaram as suas casas, enquanto, simultaneamente, consolidavam verdadeiros tecidos urbanos. Essa dimensão humana é o fator imprescindível para que consigamos qualificar e recuperar os centros urbanos de baixa renda, tendo como objetivo final o bem-estar das pessoas que neles vivem. “Afinal trata-se de fazer de cada casa e de cada cidade uma porção de lugares, pois uma casa é uma cidade em miniatura e uma cidade é uma casa enorme”⁶⁸.

A partir destes entendimentos, o histórico da Cidade Estrutural pode ser comparado ao processo de construção e de transformação de um único barraco. Poeticamente, podemos considerá-lo uma versão do mito clássico da *Cabana Primitiva* produzida pela ótica do Lixoceno. De acordo com a descrição fantástica de Laughier, o ser humano ergueu a sua moradia a partir da imitação das formas existentes na natureza, tal como se os primeiros telhados construídos pela humanidade fossem inspirados em copas de árvores⁶⁹. Na Estrutural, o *Barraco Primitivo* se ergueu como um abrigo coberto entre os turnos de coleta de lixo, a principal matéria prima da casa. Nessa mimese entre a morada e o ambiente “natural”, o barraco quase pode ser confundido com os fragmentos de entulho que o circundam e que lhe servem como remendo para se expandir e se fechar cada vez mais. Essa foi a condição inicial de parte das residências permanentes que hoje compõe o território regularizado da Cidade Estrutural e continua a mesma nos milhares de novos barracos que lá ainda tentam se fixar. Cada vez mais enclausurados, evitam a entrada de ameaças, mas também impedem o acesso da luz e do ar. E, assim como as moradias, hoje, a cidade não tem para onde crescer, não, ao menos, horizontalmente.

A ocupação de áreas com solo contaminado ocorreu no passado e, se medidas efetivas não forem tomadas, ocorrerá também nos próximos anos. Como mostrado, na década de 80, a presença de lixo no solo não impediu que algumas famílias ocupassem a primeira área de deposição do Aterro e nem que, nos anos 2000, a primeira escola pública fosse construída pelo Governo sobre uma pluma subterrânea de gás metano. Atualmente, as zonas com ocupações irregulares continuam a crescer, não só em direção ao Parque Nacional de Brasília, como se vê há décadas no Setor Santa Luzia, mas, inclusive, em direção ao próprio Aterro desativado. Qual será o destino daquele território enorme, geograficamente bem localizado, mas altamente contaminado?

Voltemo-nos ao projeto mais recente, apresentado pelo Governo do Distrito Federal em 2018, que propôs a construção de um conjunto habitacional de 13 km de extensão, cercando os limites do Aterro. Apesar do dimensionamento generoso,

⁶⁸ COELHO, António Baptista – “Entre casa e cidade, a humanização do habitar”. *Opúsculo* 18 (2009), pp. 1-20.

⁶⁹ MIGUEL, Jorge Marão Carnielo – “Casa e lar: a essência da arquitetura”. *Arquitextos* 3 (2002).

que tenta abarcar um maior número de pessoas possível, a proposta se constitui na construção de um bloqueio físico e visual entre a cidade e os limites ambientais. Que ironia pensar na paisagem vista a partir das janelas do complexo: o horizonte formado por uma vasta floresta do Cerrado, antecedido por uma enorme montanha de lixo. Me pergunto se, de outra parte, o *edifício-muro* não pode provocar a criação de territórios paralelos sem o acesso do Estado ou até mesmo inibir a atuação de dinâmicas sociais de segurança compartilhada. Se implementada, a solução igualmente não apresenta proposta para a utilização da área do Aterro Sanitário a longo prazo, considerando o momento quando, através da tecnologia ou dos processos naturais, o solo poderá ser reocupado. O Estado deve, assim, se antecipar na promoção de estudos e na diversificação de estratégias que respondam à enorme demanda habitacional com responsabilidade ambiental, atento às particularidades da dinâmica territorial, explicitadas através da sua própria história.

